



**DIÁLOGO
NACIONAL
INCLUSIVO**



DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO

Um novo marco na forma como os moçambicanos se sentam à volta da fogueira



ÍNDICE

1. Diálogo Nacional Inclusivo	4
2. Presidente da República	6
Diálogo Nacional Inclusivo é da responsabilidade de todos	
3. Albino Forquilha	8
É uma plataforma para o país se reencontrar	
4. Embaixador da UE	9
É uma oportunidade para avançar com reformas estruturais	
5. Ossufo Momade	10
O Diálogo deve resultar num compromisso por uma democracia genuína	
6. Venâncio Mondlane	11
Deve reflectir as sensibilidades da maior franja da população	
7. Salomão Muchanga	12
Precisamos da refundação do Estado	
8. Presidente da COTE	13
Vamos pautar por um processo transparente	
9. Ivone Soares Selemane	14
Este diálogo é uma oportunidade histórica	
10. Filipe Nyusi	14
O processo está a ser conduzido com perícia e cuidado	
11. Joaquim Chissano	14
O foco deve ser nos problemas concretos do país	
12. Constituição da COTE	16
13. Principais Etapas	18

Ficha Técnica

Autor: Comissão Técnica (COTE) para a Materialização do Compromisso Político para Um Diálogo Nacional Inclusivo
Produção: Fundação MASC e IMD
Design e Maquetização: Athari
Fotografia: Athari
Tiragem: 3000 exemplares
Formato: A4 (21 x 29,7 cm)
Paginação: 20 páginas



DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO

Um novo marco na forma como os moçambicanos se sentam à volta da fogueira

O início do Diálogo Nacional Inclusivo no dia 10 de Setembro assinala uma viragem na metodologia do debate de temas vitais e estruturantes dos moçambicanos.

A nova fórmula constitui um corte com o monopólio do diálogo político pelas principais forças políticas, que, no fundo, se traduzia na bipolarização protagonizada pelos partidos Frelimo e Renamo.

A grave instabilidade que pontuou as manifestações que se seguiram aos resultados das eleições gerais de 09 de Outubro de 2024 – com extrema violência urbana – alertou o país sobre o imperativo sério de uma mudança no modo como os moçambicanos se sentam à mesa para resolver as suas contendas.

Foi no auge dessa convulsão política e social que o então Presidente da República, Filipe Nyusi, decidiu reunir-se com diversos líderes

políticos, incluindo sem assento no parlamento, conferindo uma matriz ineditamente mais abrangente ao diálogo político.

Depois de assumir a chefia do Estado moçambicano, Daniel Francisco Chapo manteve esse caminho, lançando a ideia de um Diálogo Nacional Inclusivo.

Nessa esteira, o Presidente Daniel Chapo promoveu a assinatura, a 05 de Março último, do Compromisso para um Diálogo Nacional Inclusivo, por nove partidos políticos, tendo depositado esse instrumento na Assembleia da República, para que fosse tornada em lei.

No dia 02 de Abril, a Assembleia da República aprovou, por unanimidade e aclamação, os três instrumentos essenciais que vão guiar o processo: o Plano de Acção, os Termos de Referência para a selecção de representantes da sociedade civil e o Regulamento de Funcionamento da Comissão Técnica (COTE).

Após promulgar a Lei que institucionaliza o Compromisso para um Diálogo Nacional Inclusivo e mandar publicar o instrumento jurídico em sede do Boletim da República (Lei n.º 1/2025, de 11 de Abril), o Presidente Daniel Chapo procedeu ao lançamento do processo de Diálogo Nacional Inclusivo, no dia 10 de Setembro.

Além do exercício ter de decorrer com respaldo na lei, goza do cariz inovador incluir a participação da Sociedade Civil, que conta com três dos 21 assentos que compõem a COTE. Tal configuração, prevista no Decreto Presidencial n.º 17/2025, de 5 de Maio, que aprova a organização e o funcionamento da COTE, constitui a base da operacionalização do Compromisso Político para um Diálogo Nacional Inclusivo.

Por conseguinte, o conteúdo do resultado do diálogo será vertido em proposta de lei, a ser submetida pelo chefe de Estado ao Parlamento.

A abrangência do Diálogo Nacional Inclusivo será igualmente assegurada pelo debate em todas as províncias e distritos do país, ao longo dos dois anos reservados para essa operação.

O facto de terem sido identificados 10 grupos temáticos com uma força estruturante para a vida dos moçambicanos também assegura a transversalidade das matérias do diálogo.

No dia 06 de Outubro, foi lançado em todas as capitais provinciais, o processo de auscultação pública, no quadro do Diálogo Nacional Inclusivo, que terá lugar de 07 a 27 do mês em curso, nas 11 províncias do país e na diáspora.

A essencialidade do Diálogo Nacional Inclusivo para a democracia, desenvolvimento e reformas estruturais do Estado é igualmente corroborada pelo forte apoio dos parceiros de Moçambique, tais como a União Europeia (UE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).



Presidente da República

DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO É DA RESPONSABILIDADE DE TODOS

O Presidente da República, Daniel Chapo, considera o processo do Diálogo Nacional Inclusivo, lançado no dia 10 de Setembro deste ano, uma plataforma de participação aberta a todos os moçambicanos.

Na ocasião, o Chefe de Estado convocou a todos os moçambicanos para contribuírem com ideias que vão permitir resultados positivos para o futuro do país.

“Unidos é possível construir um país desenvolvido, por isso, queremos desenvolver Moçambique e não há desenvolvimento possível sem paz e segurança”, destacou.

Enalteceu o trabalho desenvolvido pela Comissão Técnica (COTE) do Diálogo Nacional Inclusivo. **“Uma palavra de reconhecimento pela forma como a Comissão Técnica tem liderado o processo com sinceridade, responsabilidade, dedicação, humildade e capacidade técnica”,** acrescentou o Presidente Daniel Chapo.

O Presidente da República garantiu que nenhum moçambicano ficará de fora do Diálogo Nacional Inclusivo.

“Não há nem um moçambicano sequer que está excluído. Ninguém precisa de fazer requerimento nem de enviar carta para fazer parte do diálogo nacional inclusivo - estamos todos convidados”, afirmou. No seu discurso o Presidente Chapo reconheceu igualmente o papel dos parceiros de cooperação e de desenvolvimento, que acreditaram neste processo e decidiram apoiar Moçambique, neste momento decisivo do seu futuro.

“De modo muito particular, queremos agradecer as palavras que acabámos de ouvir do Representante da União Europeia em Moçambique. Elas são um testemunho vivo do compromisso sólido que a União Europeia e os seus membros têm demonstrado para com o nosso país Moçambique, em particular neste processo do Diálogo Nacional Inclusivo”, sublinhou o Presidente Chapo.

O Presidente Chapo assinalou que a União Europeia, cujo apoio é canalizado através do Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD) e Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (Fundação MASC) reafirma-se como um parceiro estratégico que acredita no potencial do povo moçambicano, **“do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico e na diáspora, e na sua capacidade de construir consensos duradouros”**.

“O Diálogo Nacional Inclusivo é, antes de tudo, e em jeito de reiteração, um espaço de escuta. Aqui não há excluídos”, Presidente Daniel Chapo

“Nenhuma ideia é pequena, nenhuma voz é irrelevante. Todas as vozes contam para a construção do nosso futuro comum”, Presidente Daniel Chapo



Albino Forquilha

É UMA PLATAFORMA PARA O PAÍS SE REENCONTRAR

O líder do Partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), segunda maior força política do país, Albino Forquilha, defende que o Diálogo Nacional Inclusivo constitui uma oportunidade para o país se reencontrar, depois das divisões provocadas na sequência dos resultados das eleições gerais de 09 de Outubro do ano passado.

“Há só um país, um só povo que precisa de se reencontrar, depois das manifestações que se seguiram às eleições gerais do ano passado em Moçambique”, afirmou Albino Forquilha.

Apelou a todos os moçambicanos para participarem activamente no processo de auscultação, para que os resultados do exercício reflectam os anseios almejados, mormente, o resgate da confiança dos cidadãos nos processos eleitorais, bem assim a reforma do Estado moçambicano.

Para o presidente do PODEMOS, a sociedade deve deixar as divisões nocivas e abraçar um amplo debate dos problemas que geram inquietação, visando gerar a concórdia e a confiança aos investidores.

“O lançamento da auscultação vai criar condições para que cada moçambicano saiba como pode também intervir, pode colocar os seus pontos. Se eu sou médico, se eu sou professor... A visão de como eu tenho que o país deveria andar”, frisou.



Embaixador da UE

É UMA OPORTUNIDADE PARA AVANÇAR COM REFORMAS ESTRUTURAIS

O Embaixador da União Europeia (UE), Antonino Maggiore, defende que o Diálogo Nacional Inclusivo representa uma oportunidade única para Moçambique avançar com as reformas estruturais e consolidação da paz.

Avançou que a iniciativa pode transformar desafios em oportunidades, permitindo ao país a superação de crises cíclicas que tem vivido.

“Acreditamos firmemente que esta é uma oportunidade única de transformar uma crise numa oportunidade de agir enquanto nação, com a inclusão de todos, introduzir as reformas necessárias e modernizar o país”, salientou.

Antonino Maggiore realçou que os resultados dependerão da contribuição de todos os actores envolvidos, reforçando que os moçambicanos devem estar na liderança do processo.

“Seremos todos responsáveis pelos resultados deste Diálogo Nacional Inclusivo, cada qual no seu papel e no seu lugar”, acrescentou.

Na sua intervenção, o embaixador reconheceu ainda o papel das lideranças nacionais na

condução do diálogo. Felicitou o Presidente Daniel Chapo pela firmeza demonstrada em assumir a condução do processo iniciado pelo ex-Presidente Filipe Nyusi.

“O diálogo pede paciência, escuta e compromisso. E pede a coragem de encarar escolhas difíceis, de atravessar diferenças e de colocar primeiro as necessidades do povo moçambicano”, declarou Antonino Maggiore.

“Tomou nas mãos este diálogo político e abriu um espaço mais amplo, onde couberam todos os actores políticos e, pela primeira vez, também a sociedade civil. Expôs-se com coragem e dispôs-se a caminhar à luz de todos, com transparência”, ressaltou.

O Embaixador da UE concluiu a sua intervenção destacando que o diálogo só é possível na pluralidade.

“Queremos louvar e reconhecer a coragem de todos, bem como o seu sentido de responsabilidade. Ninguém dialoga sozinho. Dialoga-se com os outros, erguem-se pontes, abre-se mão de certezas para dar lugar ao encontro”, declarou.



Ossufo Momade

O DIÁLOGO DEVE RESULTAR NUM COMPROMISSO POR UMA DEMOCRACIA GENUÍNA

Para Ossufo Momade, líder da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), terceiro maior partido, o Diálogo Nacional Inclusivo deve resultar num compromisso nacional em prol de um Estado democrático e próspero para todos.

“É uma oportunidade para que possamos alavancar um compromisso nacional, o que nós queremos é o envolvimento de todos, jovens, velhos e toda a sociedade”, afirmou Ossufo Momade.

A acção lançada no dia 10 de Setembro deve ser um motor de mudança por um Moçambique desenvolvido e democrático, prosseguiu.

“Precisamos de fazer coisas diferentes, Moçambique tem de trilhar o caminho do desenvolvimento, porque estamos num país em que os jovens não têm habitação

e emprego e a população tem falta de água potável, vias de acesso, assistência médica e medicamentosa”, sublinhou o líder do terceiro maior partido.

Intervindo em Chimoio, dia 6 de Outubro, no início do processo de auscultação pública, o líder da RENAMO lembrou que esta empreitada irá abranger todos os distritos da província de Manica, criando um espaço de participação directa dos cidadãos.

“Queremos ouvir todas as vozes. Dos jovens, mulheres, líderes comunitários, académicos, organizações da sociedade civil, sector privado, confissões religiosas, associações e ordens profissionais e de cada cidadão comprometido com o futuro de Moçambique”, Ossufo Momade.



Venâncio Mondlane

DEVE REFLECTIR AS SENSIBILIDADES DA MAIOR FRANJA DA POPULAÇÃO

Venâncio Mondlane, líder da Aliança Nacional para um Moçambique Livre e Autónimo (ANAMOLA), entende que o Diálogo Nacional Inclusivo deve seguir uma metodologia que mobilize a maior franja da população, para que seja realmente abrangente.

“A probabilidade de ser um Diálogo Nacional é muito grande, mas inclusivo, até este momento, é muito questionável”, declarou Venâncio Mondlane.

A plataforma lançada no dia 10 de Setembro deve permitir que os resultados reflectiam as sensibilidades da maioria da população moçambicana, continuou o segundo candidato presidencial mais votado nas eleições gerais de 09 de Outubro de 2024.





Salomão Muchanga

PRECISAMOS DA REFUNDAÇÃO DO ESTADO

O presidente da Nova Democracia (ND), Salomão Muchanga, equipara o arranque do Diálogo Nacional Inclusivo ao processo de refundação do Estado, para que possa servir os moçambicanos com dignidade e mais responsabilidades.

“Que o processo da construção da cidadania moçambicana encontre no processo democrático uma alavanca para o desenvolvimento. Estamos a limpar as nódoas do processo democrático nacional”, disse Salomão Muchanga.

O país precisa de recuperar a esperança e viabilizar a agenda de desenvolvimento, construindo a inclusão, justiça social e repartição justa da riqueza nacional, continuou.

Para o presidente da ND, Moçambique precisa de instituições democráticas ao serviço dos moçambicanos.

“Este diálogo é um processo que nunca tivemos antes, antes tivemos diálogo de dois partidos. Neste momento, é um processo nacional, não só das forças políticas envolvidas, mas também da sociedade civil”, Salomão Muchanga.



Presidente da COTE

VAMOS PAUTAR POR UM PROCESSO TRANSPARENTE

O presidente da Comissão Técnica (COTE) do processo do Diálogo Nacional Inclusivo, Edson Macuácu, assegura que a entidade que dirige vai pautar-se por um trabalho transparente, amainando, dessa forma, receios de vir a ser uma acção minada por interesses partidários ou particulares.

Edson Macuácu avançou que serão criadas brigadas que irão trabalhar em todas as províncias, distritos e na diáspora, com vista a auscultar e a criar espaço para que todas as pessoas possam participar.

“Serão divulgados oportunamente programas onde serão indicados os locais e as datas em que terão lugar os actos e os programas de auscultação pública, de modo que os cidadãos possam participar”, referiu.

Edson Macuácu frisou que o modelo em preparação foi desenhado para ser o mais abrangente possível.

“A auscultação pública ao nível das províncias e na diáspora será a mais ampla possível, garantindo a participação de todos os estratos e segmentos sociais da esfera política, económica, social, cultural e académica”, explicou.



Ivone Soares Selemane

ESTE DIÁLOGO É UMA OPORTUNIDADE HISTÓRICA

A deputada da Bancada parlamentar da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e membro da Comissão Técnica (COTE) considerou “histórica” o processo de Diálogo Nacional Inclusivo, destacando a importância e o compromisso com uma reconciliação genuína dos moçambicanos.

“Este diálogo é uma oportunidade histórica para o país construir soluções com base no consenso de todos os segmentos da sociedade, incluindo aqueles que vivem na diáspora, aliás, é fundamental que este processo seja guiado por justiça, verdade, inclusão e transparência”, disse, no dia 6 de Outubro, a parlamentar na cerimónia do arranque, na cidade de Maputo, do processo de auscultação pública, no âmbito do Diálogo Nacional Inclusivo.

Joaquim Chissano

O FOCO DEVE SER NOS PROBLEMAS CONCRETOS DO PAÍS

O antigo Chefe de Estado moçambicano Joaquim Chissano elogiou o foco na resolução de problemas concretos do país como uma das virtudes da metodologia que está a nortear o Diálogo Nacional Inclusivo.

Joaquim Chissano defendeu o imperativo da “reconciliação nacional”, para o sucesso daquela plataforma, reforçando a necessidade de confiança mútua e debate sereno.



Filipe Nyusi

O PROCESSO ESTÁ A SER CONDUZIDO COM PERÍCIA E CUIDADO

O antigo Presidente da República, Filipe Nyusi, que lançou as sementes para o Diálogo Nacional Inclusivo em curso, apelou a todos os moçambicanos para se envolverem nos debates, em prol de um destino comum, assinalando que o processo está a ser conduzido com “muita perícia”.

“Os moçambicanos são todos úteis e o êxito deste exercício depende de nós, porque as revoluções não são importáveis”, afirmou.

O ex-Chefe de Estado desvalorizou o protagonismo que lhe é atribuído no início do processo, notando que o caminho foi desbravado com a ajuda de muitas figuras não conhecidas. Considerou que a trajectória sobre o Diálogo Nacional Inclusivo tem sido trilhada com “muita perícia e muito cuidado”.



CONSTITUIÇÃO DA COTE

A COTE é composta por 21 membros, dos quais 18 são indicados pelos partidos políticos signatários do acordo, que criou as bases para a materialização do processo de diálogo já em curso, e três provenientes da Sociedade Civil, seleccionados com base em concurso público.

Os três membros da Sociedade Civil são:

Fidélia Chemane, directora-executiva do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), em representação da zona Sul. Em 2012 concluiu um Mestrado em Comunicação e Cooperação Internacional pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM); onde em 2004 obteve uma Licenciatura em Administração Pública e um Bacharelato em Ciências Políticas, em 2002. Tem uma vasta experiência em docência no ensino superior e 22 anos de experiência nas áreas de governação, descentralização, direitos humanos e das mulheres. Possui uma ampla experiência em gestão de programas e projectos transformadores em organizações nacionais e internacionais.

Ismael Mussá, director do Observatório da Cidadania de Moçambique, em representação da zona Centro. Foi deputado da Assembleia da República entre 2003 e 2009. É um académico de reconhecido mérito.

Desde 2022, estudante de Doutoramento em Estudos Africanos (ISCTE-IUL, Portugal). De 2001 à 2002, pós-graduação em Estudos Africanos, especialização em Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa - ISCTE, Portugal). De 1991 à 1995, Licenciatura em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, Brasil).

Na área profissional, lecciona na Universidade Eduardo Mondlane, onde é regente das disciplinas de Teoria Política, História da África Contemporânea e Comunicação Política na Escola de Comunicação e Artes (ECA).

Ana Guina, Associação UTEKA e directora da Universidade Politécnica, Delegação de Nampula, em representação da zona Norte.

Na área académica, em 2016, concluiu o Doutoramento em Estudos Africanos, especialização em Ciências Políticas e Políticas Públicas, pelo Instituto Universitário de Lisboa-ISCTE, Portugal.

Em 2007, concluiu o Mestrado em Estudos Africanos, em Análise e Gestão Económica e Social em África, especialização em Desenvolvimento Social e Económico em África, pelo Instituto Universitário de Lisboa-ISCTE, Portugal. Em 2004, concluiu a Licenciatura em Antropologia, pelo Instituto Universitário de Lisboa-ISCTE, Portugal. Em 1984, concluiu o Bacharelato em Organização e Gestão de empresas pelo ISEG-Lisboa-Portugal.

De 2012 a 2013 foi membro da Comissão Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior e, desde 2021 até a data, é Avaliadora Externa de Qualidade de Ensino.



CONSULTORES DA COTE

Os reputados académicos Jaime Macuane e Eduardo Chiziane são os dois consultores que irão elaborar os termos de referência dos 10 grupos de trabalho criados pela COTE, com vista a dinamizar os processos em curso. Ambos académicos foram apurados através de um concurso de selecção de personalidades para dinamizar o processo de elaboração dos termos de referência.

José Macuane é cientista político, consultor de larga experiência em reformas de administração pública e docente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Eduardo Chiziane é jurista e actualmente é director da Faculdade de Direito da UEM. É consultor com larga experiência em reformas legislativas.

A COTE É COMPOSTA POR 10 GRUPOS TEMÁTICOS

1. Assuntos Constitucionais;
2. Assuntos Eleitorais;
3. Assuntos Fiscais;
4. Assuntos Económicos;
5. Administração Pública e Despartidarização;
6. Recursos Naturais;
7. Defesa e Segurança;
8. Justiça;
9. Reconciliação e Unidade Nacional;
10. Descentralização e Desconcentração.

PRINCIPAIS ETAPAS



Primeira Etapa

Ausculção Pública, Revisão da Literatura e estudo do direito comparado

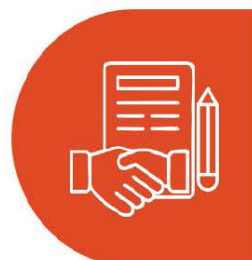
Setembro - Novembro 2025



Quarta Etapa

Construção de Consensos e elaboração de propostas de acordos

Julho - Outubro 2026



Segunda Etapa

Elaboração de propostas com base na Sistematização do material recolhido na ausculção e na análise da literatura pelos grupos de trabalho

Dezembro - Março 2026



Quinta Etapa

Submissão das propostas dos acordos aos signatários para apreciação, aprovação e assinatura

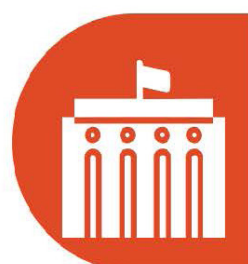
Novembro - Dezembro 2026



Terceira Etapa

Debate público em torno das propostas

Abril - Junho 2026



Sexta Etapa

Submissão das propostas legislativas a Assembleia da República pelo Presidente da República

Janeiro - Abril 2027

Fonte: Metodologia do Diálogo Nacional Inclusivo, COTE-2025

O Diálogo Nacional Inclusivo é composto por seis etapas e compreende o período entre Setembro e Abril de 2027.

A primeira etapa, a de ausculção pública, revisão da literatura e estudos do Direito Comparado, arrancou no dia 10 de Setembro, com a cerimónia de lançamento, e vai prolongar-se até Novembro do presente ano.

A sexta e última etapa deverá decorrer de Janeiro a Abril de 2027 e vai compreender

a submissão de propostas legislativas à Assembleia da República pelo Presidente da República, para a criação de um amparo legal dos subsídios que vão ser recolhidos ao longo do processo do Diálogo Nacional Inclusivo.

Todos os cidadãos são chamados a participar do Dialogo Nacional Inclusivo em todo o território nacional e na diáspora.



Email: info@dialogonacional.org.mz | **Website:** www.dialogonacional.org.mz



Financiado pela
União Europeia